

ANÁLISE SOBRE A MOBILIDADE OCUPACIONAL DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL

DOI: 10.12957/synthesis.2022.69288

PRISCILA DE SOUZA SILVA^{*}, LUANA JUNQUEIRA DIAS MYRRHA^{**} E SILVANA
NUNES DE QUEIROZ^{***}

Resumo: Historicamente, o Brasil convive com diversas desigualdades, mas entre 2003 e 2014, mudanças econômicas e sociais geraram oportunidades de capacitação, acesso ao mercado de trabalho e renda para grupos mais despossuídos, como as filhas de trabalhadoras domésticas. A mobilidade intergeracional de ocupação dessas mulheres, como consequência de recursos familiares ou vantagens da meritocracia, provavelmente é mais escassa, devido ao próprio contexto socioeconômico familiar. O objetivo deste estudo é analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas em relação às suas mães, para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014. Foram utilizados os dados do Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014. Os principais resultados indicam que a grande maioria das filhas de trabalhadoras domésticas experimentou mobilidade ascendente, nas cinco regiões do Brasil. As mudanças sociais e inclusivas desencadeadas no país foram determinantes neste processo, mas as diferenças de desenvolvimento regional ainda influenciam a possibilidade da melhoria de vida das filhas das trabalhadoras domésticas.

Palavras-Chave: mobilidade intergeracional; filhas de trabalhadoras domésticas; Grandes Regiões; Brasil.

Analysis on occupational mobility of daughters of domestic workers in the great regions of Brazil

Abstract: Historically, Brazil has lived with several inequalities, but between 2003 and

^{*}Doutoranda em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Demografia pelo PPGDEM/UFRN. Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1181-3723>. E-mail: priscila.silva.057@ufrn.edu.br

^{**}Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Professora Associada I do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6767-6775>. E-mail: luanamyrrha@gmail.com

^{***}Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU/URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7295-3212>. E-mail: silvana.queiroz@urca.br

2014, economic and social changes generated training opportunities, access to the labor market and income for the most disadvantaged groups, such as the daughters of domestic workers. The intergenerational mobility of occupation of these women, because of family resources or meritocracy advantages, is probably scarcer, due to the family socioeconomic context. The objective of this study is to analyze the indicators of intergenerational occupational mobility of the daughters of domestic workers in relation to their mothers, for the Great Regions of Brazil, in 2014. Data from the Socio-Occupational Mobility Supplement of the National Household Sample Survey (PNAD) were used, 2014. The main results indicate that the vast majority of daughters of domestic workers experienced upward mobility in the five regions of Brazil. The social and inclusive changes triggered in the country were decisive in this process, but regional development differences still influence the possibility of improvement in the lives of the daughters of domestic workers.

Keywords: intergenerational mobility; daughters of domestic workers; Great Regions; Brazil.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

INTRODUÇÃO

Em sociedades onde prevalecem as desigualdades regionais, de classe, gênero, raça/cor e de oportunidades, as desvantagens sociais e econômicas dos pais são transmitidas para os filhos, de geração em geração. O Brasil é um país que vivencia muitas desigualdades, contexto que favorece a perpetuação das condições de vida dos pais para os filhos. Contudo, mudanças demográficas, econômicas e sociais ocorridas a partir da primeira década do século XXI, precisamente entre 2003 a 2014, contribuíram para a intensa mobilidade ocupacional das gerações dos filhos (RIBEIRO, 2006).

Com ênfase nas transferências intergeracionais, na base da pirâmide sócio-ocupacional, pesquisas apontaram que cada vez menos as ocupações de baixa qualificação são repassadas entre as gerações (IBGE, 2017; JANNUZZI, 2004b; RIBEIRO, 2006; 2007). O peso da origem sócio-ocupacional dos pais, quando comparado às décadas de 1960, 1970 e 1980, determinou menos a posição dos filhos no mercado de trabalho, sobretudo entre aqueles que provêm de famílias menos privilegiadas socioeconomicamente (PERO, 2002).

É preciso ressaltar os vetores dos avanços sociais nos anos 2000, em especial sobre as possibilidades de mobilidade intergeracional ascendente. Destaca-se o forte dinamismo na criação de empregos, particularmente formais, a política de valorização do salário mínimo, a ampliação e interiorização do ensino básico, técnico e superior, e a expansão das políticas públicas e dos programas governamentais, além das políticas sociais focalizadas nas mulheres. Foram estratégias inclusivas que representaram possibilidades concretas de mudança social (JANNUZZI, 2018).

Em vista da expansão dos canais de mobilidade, associado à redução das desigualdades de oportunidades nos diferentes grupos sociais, principalmente entre os filhos de origens menos favorecidas socioeconomicamente (IBGE; 2017; JANNUZZI, 2004b; 2018; RIBEIRO, 2006; 2017b; RIBEIRO; SCALON, 2001), chama atenção as filhas de trabalhadoras domésticas. Em geral, suas mães são mulheres migrantes, negras, com baixo poder aquisitivo e escolaridade, que se tornaram domésticas e/ou *mocinhas ajudantes* ainda bem jovens, em muitos casos na infância/adolescência (MELO, 1998).

Os estudos sobre o perfil das trabalhadoras domésticas discutem as heterogeneidades regionais dessa categoria profissional no país. Nas regiões Norte e Nordeste, as domésticas configuram com alta informalidade e elevada jornada de trabalho, ao passo que percebem menores rendimentos e contribuem menos com a previdência social dentre as profissionais no país. Por outro lado, nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul), as características socioeconômicas dessas trabalhadoras são mais favoráveis: apresentam maiores níveis de

instrução, de formalização e auferem maiores rendimentos (DIEESE, 2021; MYRRHA; WAJNMAN, 2008).

No contexto de desvalorização e estigmatização histórica da categoria, os recursos familiares, as oportunidades e as vantagens da meritocracia foram mais restritas para as filhas de trabalhadoras domésticas. No entanto, apontamentos evidenciam que o peso relativo do emprego doméstico no Brasil – culturalmente porta de entrada e refúgio ocupacional das mulheres/mães/filhas pobres, migrantes e sem instrução –, vem arrefecendo no total das ocupações econômicas femininas ao longo dos anos (MELO, 1998; MYRRHA; SIVIERO; LIMA, 2016). Durante a década de 1990 manteve-se em cerca de 20%, e em 2014 arrefece para 15% do conjunto da força de trabalho feminina (IBGE, 2017). Conjuntura que suscita dúvidas quanto à suposta continuidade na trajetória familiar em trabalho doméstico. É preciso atentar para as disparidades regionais nos níveis de empregos disponíveis, oportunidades e desigualdades sociais. Os estudos clássicos de Pastore (1979) e Pero (2002) evidenciaram a relação positiva entre o grau de desenvolvimento das Grandes Regiões e as taxas de mobilidade social. Dessa forma, observa-se que as distintas etapas regionais de desenvolvimento socioeconômico do país oportunizam nichos menos ou mais favoráveis à mobilidade ocupacional.

Considerando as discussões levantadas, o principal objetivo deste estudo é analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas em relação às suas mães, para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014. Dado que a grande maioria das pesquisas brasileiras sobre mobilidade social e/ou ocupacional intergeracional mensuram as taxas de mobilidade dos homens, comparando a ocupação dos filhos (homens) em relação à dos seus pais (JANNUZZI, 2004b; JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017; PASTORE; HALLER, 1993; PASTORE; VALLE SILVA, 2001; PASTORE; ZYLBERSTAJAM, 1992; RIBEIRO, 2006; 2007; 2017b; RIBEIRO; SCALON, 2001). Assim, este estudo soma-se aos poucos que analisam a mobilidade intergeracional das mulheres. Porém, tais pesquisas confrontaram a ocupação das filhas também em relação à paterna, isso porque, os Suplementos de Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), até o ano de 1996, captava apenas informações sobre a ocupação do pai (ANDRADE, 2000; ANDRADE; RODRIGUES, 1996; IBGE, 2017; SCALON, 1997). No caso deste estudo, a principal fonte de informação é o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da PNAD 2014, que nesta edição questionou sobre a ocupação das mães, permitindo analisar as mudanças ocupacionais entre gerações de mães e filhas no país.

No contexto de aumento dos canais de mobilidade e desenvolvimento inclusivo, mas com persistências das desigualdades regionais, a hipótese deste estudo é que existem diferenças nos indicadores de mobilidade ocupacional das filhas de trabalhadoras domésticas entre as cinco Grandes Regiões do Brasil. O trabalho se justifica dado à lacuna na literatura nacional sobre a mobilidade das filhas de trabalhadoras domésticas, bem como a importância do serviço doméstico na força de trabalho feminina, que ainda permanece como o segundo grupo de atividade entre as mulheres. Porquanto, em um quadro de avanços e mudanças sociais vivenciados no país entre 2003-2014, estudos como este permitem evidenciar o quão determinante foram as forças motrizes do desenvolvimento inclusivo na geração de oportunidades concretas para segmentos populacionais mais despossuídos de privilégios de classe. Outrossim, analisar as rupturas e/ou continuidades entre mães e filhas em ocupações que são nichos femininos no mercado de trabalho brasileiro constitui temática extremamente relevante para o avanço das pesquisas.

O artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução. Assim, a segunda discute estudos nacionais sobre mobilidade social e ocupacional intergeracional das mulheres. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção têm-se as análises e discussões sobre os indicadores de mobilidade ocupacional das filhas de trabalhadoras domésticas nas cinco Grandes Regiões do Brasil, em 2014. Por último, apresentam-se as considerações finais.

CONTEXUALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE MOBILIDADE SOCIAL E OCUPACIONAL INTERGERACIONAL DAS MULHERES

A partir dos anos 1980, o país vivenciou aumento da participação feminina no mercado de trabalho e expansão do ensino básico e formal. Fatores que contribuíram para a formulação de estudos, em distintos recortes analíticos, sobre a mobilidade social e ocupacional intergeracional das mulheres. Andrade (2000) analisou a mobilidade social intergeracional para as Regiões Metropolitanas do Recife (RMRE), Belo Horizonte (RMBH), Rio de Janeiro (RMRJ), São Paulo (RMSP) e Porto Alegre (RMPA), no ano de 1988. A autora constatou que existiam diferenças significativas nos indicadores de mobilidade intergeracional de homens e mulheres. Considerando o *status* paterno e o atual do indivíduo, no conjunto das regiões metropolitanas supracitadas, enquanto 64,5% dos homens experimentaram mobilidade ascendente no período em apreço, elas foram 54,9%. Com isso, a proporção de mulheres (16,1%) que experimentou mobilidade descendente foi superior à dos homens (10,3%).

Scalon (1997) também retrata a mobilidade intergeracional de homens e mulheres no Brasil em 1988. A autora discute que no Brasil existia muita mobilidade social, todavia elas não eram igualmente distribuídas entre todos os habitantes. Adicionalmente, constatou a tendência *tal pai, tal filho*. Porquanto, aumentou o volume de pessoas (homens e mulheres entre 20 e 64 anos) que experimentaram imobilidade social. Por sua vez, o estudo de Ribeiro (2007) evidenciou que 65,3% das mulheres entre 25 e 64 anos de idade alcançaram mobilidade ascendente em relação à condição paterna, no país, em 1988.

É importante salientar que nos estudos de Andrade (2000), Scalon (1997) e Ribeiro (2007) os resultados sobre a mobilidade feminina foram obtidos comparando a transição ocupacional das filhas em relação ao *status* ocupacional do pai, ao invés do materno¹. No entanto, existem diferenças significativas na inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho. Desse modo, os indicadores de mobilidade das mulheres podem estar enviesados. Ainda assim, os estudos sobre a mobilidade intergeracional feminina são extremamente pertinentes, pois emerge a necessidade de conhecer as características do trabalho da mulher, sobretudo entre gerações.

Ribeiro (2007) analisou a mobilidade social das mulheres via casamento através da comparação entre o estrato de origem das mulheres (posição de classe do pai) e o estrato ocupacional de seus maridos. Em 1996, aproximadamente 71% das mulheres entre 25 e 64 anos de idade experimentaram mobilidade social via casamento. Adicionalmente, os achados revelaram que a cada três mulheres, uma galgou mobilidade ascendente de longa distância devido à união com um homem em um estrato social superior ao do pai delas. O estudo de Aguiar, Fernandes e Neves (2007), investigou o efeito da origem de classe das mães sobre as chances de mobilidade social dos filhos e filhas. Utilizando um *Survey* realizado na RMBH em 2002, constataram que para as mulheres o efeito da origem social sobre o alcance socioeconômico foi menor quando comparado aos homens, devido ao peso da educação. Isso porque os resultados revelaram que o nível de instrução exerce um efeito relativamente maior nas chances de mobilidade social para as mulheres do que para o sexo oposto.

Com foco nas diferenças dos níveis de mobilidade por sexo e raça/cor, a partir da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP) de 2008², o estudo de Athias e Matos (2013) apontaram resultados intrigantes. No Brasil, no ano de 2008, enquanto 56,2% das filhas ascenderam para ocupações melhores em relação às suas mães, a mobilidade intergeracional ascendente dos filhos (comparado aos pais) foi de 47,8%, ambos com 15 a 64 anos de idade. Igualmente, as mulheres também configuram com menor mobilidade descendente e imobilidade. Quanto aos indicadores por raça/cor, os resultados mostraram que foram as mulheres brancas que galgaram as maiores cifras de mobilidade ascendente, 60,5% delas estavam em melhores ocupações do que suas mães. Por outro lado, não brancos experimentaram a menor taxa de mobilidade ascendente, independente do sexo.

Com intuito de atualizar os dados sobre mobilidade ocupacional no Brasil, o estudo do IBGE (2017) analisou os resultados extraídos do Suplemento da PNAD 2014. Os achados mostraram que 50% dos filhos entrevistados, entre 25 e 65 anos, experimentaram mobilidade ascendente em relação à condição paterna. Quanto às diferenças por sexo, 54% das mulheres e 46,9% dos homens alcançaram mobilidade ascendente em relação ao estrato ocupacional do seu pai.

Apesar da contribuição do referido estudo quanto à atualização dos indicadores de mobilidade ocupacional no Brasil e das diferenças por sexo, a pesquisa compara, novamente, como a grande maioria dos estudos, o destino ocupacional das mulheres (filhas) com a condição paterna. Apesar do Suplemento da PNAD de 2014, pela primeira vez, ter incluído informações sobre a ocupação das mães, o que possibilita estudos sobre a mobilidade intergeracional das filhas em relação às mães, sem o viés de gênero presente nos estudos clássicos, as lacunas ainda persistem (RIBEIRO, 2017a; 2017b).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo desta pesquisa compreende as cinco Grandes Regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O intuito é verificar se existem diferenças nos indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas entre essas regiões, em 2014. A principal fonte de informações foi o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da PNAD aplicada em 2014. Isso porque, nessa edição, importantes alterações foram incluídas, o que possibilitou maior diversidade na captação da amostra. Quanto ao módulo de perguntas, pela primeira vez, investigou-se a ocupação e características do trabalho das mães quando o(a)s filho(a)s tinham quinze anos de idade³. Com isso, tornou-se possível a análise sobre as mudanças ocupacionais entre gerações de mães e filhas em âmbito nacional. Assim, devido à limitação quanto às variáveis sobre ocupação materna, nas cinco primeiras versões do suplemento de mobilidade sócio-ocupacional da PNAD (1973, 1976, 1982, 1988 e 1996), o recorte temporal se restringe ao ano de 2014, dado os objetivos deste estudo.

O universo de análise compreende as filhas de trabalhadoras domésticas entre 16 a 64 anos de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa. Decidiu-se restringir a unidade da amostra à respectiva faixa etária, na medida em que possibilita captar coortes que vivenciaram distintos contextos econômicos, sociais e políticos ocorridos em âmbito nacional e regional. Quanto aos conceitos adotados, a mobilidade intergeracional de ocupação consiste na comparação do estrato ocupacional da filha em relação ao da sua mãe (trabalhadora doméstica). Desse modo, neste estudo é realizada uma análise para a primeira ocupação da filha em relação à condição materna (ocupação da mãe quando a filha tinha 15 anos) e para o trabalho atual da filha em relação ao estrato da sua mãe. O intuito é verificar se o trabalho doméstico constitui porta de entrada no mercado de trabalho para as filhas (MELO, 1998), e posteriormente confrontar esses resultados com o estrato ocupacional atual da filha, que possibilita mensurar a mobilidade intergeracional em fases mais maduras (PERO, 2002). Ademais, considerou-se trabalhadora doméstica a “pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares” (IBGE, 2014, p. 60).

DEFINIÇÃO DOS ESTRATOS OCUPACIONAIS

O estudo da mobilidade intergeracional requer uma escala de estratos que possibilite identificar o movimento dos indivíduos dentro da estrutura social e/ou ocupacional (JANNUZZI, 2004b). Mas essa não é uma tarefa fácil, a escolha dos critérios teóricos e metodológicos constitui ponto determinante no processo de construção dos estratos, pois influencia nas possibilidades de análise (PERO, 2002; SCALON, 1997). Nesta pesquisa os estratos ocupacionais foram construídos a partir da escala sócio-ocupacional proposta por Jannuzzi (2004a), que além de considerar indicadores socioeconômicos e de precarização no mercado de trabalho, faz uso da nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), vigente desde o ano de 2002. Através de técnicas multivariadas, o autor construiu medidas resumo de *status* socioeconômico – Índice Socioeconômico Distancial (ISED) e do Índice Socioeconômico Posicional (ISEP)⁴–, e indicadores de rendimento, escolaridade e precarização no mercado de trabalho para as 510 famílias de ocupação registradas no Censo Demográfico de 2000.

De posse dos indicadores fornecidos pelo autor, as ocupações foram classificadas em seis estratos: i) proprietárias e profissionais de nível alto; ii) pequenas proprietárias e profissionais de nível médio; iii) trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria; iv) trabalhadoras do setor tradicional; v) trabalhadoras domésticas; e vi) trabalhadoras rurais. O

Quadro 1 apresenta a média dos principais indicadores⁵ e algumas categorias que compõem os estratos ocupacionais utilizados neste estudo.

Quadro 1 – Ocupações típicas e a média dos indicadores de *status* socioeconômico (ISED e ISEP) dos estratos ocupacionais – 2000.

Estrato	Ocupações típicas	ISED	ISEP
I. Proprietárias e profissionais de nível alto	Juízes e desembargadores, médicos, engenheiros, professores de Ensino Superior, advogados, militares da aeronáutica, exército e marinha, dirigentes e diretores de empresas, especialistas em informática, físicos.	0,35	94,2
II. Pequenas proprietárias e profissionais de nível médio	Professores de ensino fundamental, médio e profissional, técnicos em construção civil e em eletrônica, secretários executivos, supervisores, representantes comerciais, corretores de seguros.	0,24	83,0
III. Trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria	Professores de ensino pré-escolar, inspetores de alunos, caixas e bilheteiros, recepcionistas, telefonistas, vigilantes e guarda de segurança, vendedores, técnicos em metalúrgica, coloristas, desenhistas industriais.	0,14	62,4
IV. Trabalhadoras do setor tradicional	Pintores, ajudantes de obras, trabalhadores da indústria têxtil, ceramistas, operadores de acabamento de calçados, operadores de tear, trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias, vendedores ambulantes.	0,07	37,2
V. Trabalhadoras domésticas	Arrumadeira, camareiro(a), caseiro(a), jardineiro(a), empregada doméstica, diarista, faxineira, lavadeira, passadeira, lavador(a), passador de roupas.	0,04	19,8
VI. Trabalhadoras rurais	Produtores agrícolas, trabalhadores na exploração agropecuária, pescadores e caçadores, extrativistas florestais, garimpeiros, confeccionistas de artefatos de madeira, condutores de veículos de tração animal.	0,02	12,8

Fonte: Jannuzzi (2004a).

Com base na associação dos indicadores socioeconômicos, Jannuzzi (2004a) observou que quanto maior o rendimento mensal mediano e a escolaridade mediana, maior era o ISED e o ISEP das ocupações. Por outro lado, quanto maior era o nível de precarização ocupacional – proporção de ocupados sem carteira, e de ocupados sem contribuição à previdência – menor era o *status* socioeconômico das ocupações. De acordo com o Quadro 1, os dois primeiros estratos reúnem as ocupações com maiores rendimentos e escolaridade, portanto, também configuram com maior *status* socioeconômico. No entanto, à medida que avança para as categorias menos qualificadas, reduz os indicadores socioeconômicos. Dessa forma, os respectivos estratos seguem um sistema hierárquico que possibilita a análise de mudanças na estrutura ocupacional.

O principal instrumento metodológico utilizado para mensurar a mobilidade intergeracional de ocupação foram as matrizes de transição, que consiste em uma tabela cruzada que relaciona a origem e o destino sócio-ocupacional dos indivíduos (ANDRADE; RODRIGUES, 1996; PASTORE, 1979; PERO, 2002). Neste estudo a origem é a categoria ocupacional da mãe, quando a filha tinha 15 anos – trabalhadora doméstica – e o destino é o estrato ocupacional no primeiro trabalho e atual da filha na semana de referência.

Da matriz de transição decorrem as taxas absolutas de mobilidade: ascendente, descendente e imobilidade. Nesse sentido, a mobilidade ascendente ocorre quando a posição ocupacional da

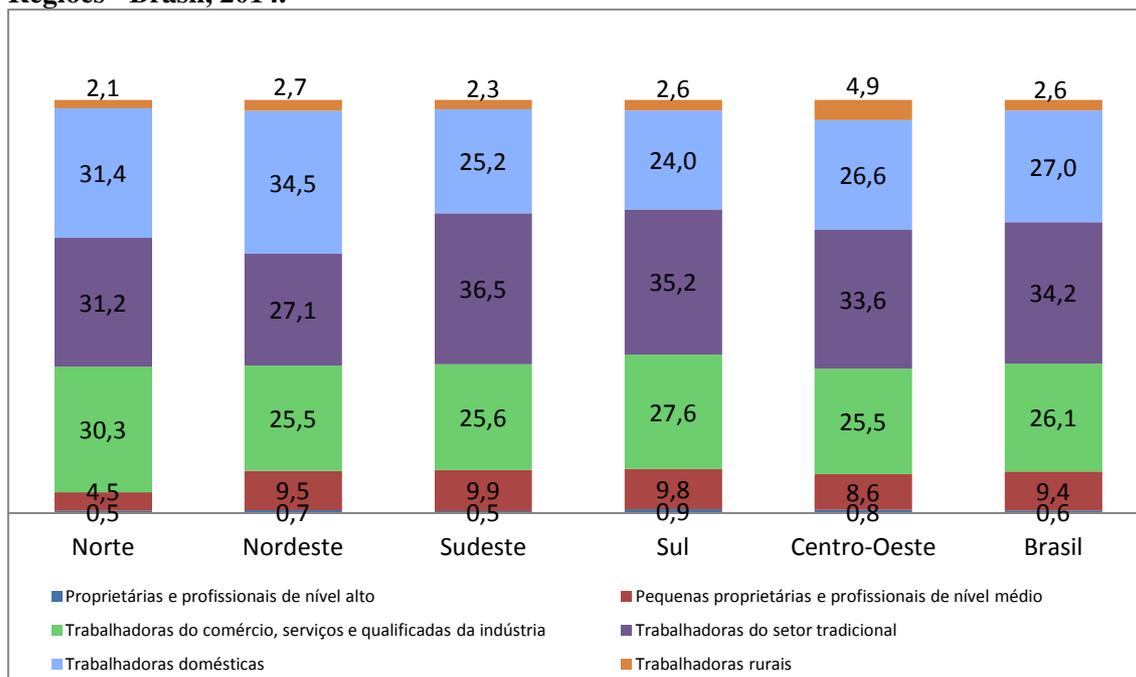
filha é hierarquicamente superior à da mãe. Ao contrário, configura a mobilidade descendente: proporção de filhas que ocupam estrato ocupacional inferior ao da mãe. A imobilidade consiste em reproduzir a mesma categoria ocupacional materna. Com base nos estratos definidos neste estudo, as filhas que estiverem ocupadas nos estratos I, II, III e IV experimentaram mobilidade ascendente; as que estiverem no estrato de origem (V – trabalhadoras domésticas) experimentaram imobilidade; e as ocupadas no estrato VI experimentaram mobilidade descendente em 2014.

INDICADORES DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE OCUPAÇÃO DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A investigação sobre a mobilidade intergeracional na primeira ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas evidencia diferenças significativas entre as cinco Grandes Regiões brasileiras. O Gráfico 1 mostra que, em 2014, no Norte, 31,4% das filhas, no primeiro trabalho, reproduziram a categoria ocupacional materna (trabalhadora doméstica, estrato V), enquanto 31,2% e 30,3% delas ascenderam para as categorias trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV), e trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III), respectivamente.

Na região Nordeste, em 2014, a maior frequência também foi das filhas de trabalhadoras domésticas no mesmo estrato ocupacional materno (34,5%). Seguidas pelas filhas que exerciam ocupações nos estratos IV e III: trabalhadoras do setor tradicional (27,1%), e trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (25,5%). Dentre as cinco regiões, o Nordeste apresentou o maior percentual de filhas que experimentaram imobilidade no primeiro trabalho, ou seja, estavam ocupadas no mesmo estrato materno. Vale salientar que a ideia de *mocinhas ajudantes* quase da família e presentinhos como parte do salário ainda sobrevive nas relações empregatícias da região, onde a jornada de trabalho e a informalidade são significativamente mais elevadas, ao passo que os rendimentos e as contribuições com a previdência social são menores (MELO, 1998; MYRRHA; WAJNMAN, 2008).

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos estratos ocupacionais no primeiro trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas em relação a ocupação materna, segundo as Grandes Regiões - Brasil, 2014.



Fonte: PNAD (IBGE, 2014).

Ainda assim, a trajetória familiar em trabalho doméstico não se estende a todas as filhas; pode-se verificar que mais da metade (62,8%) experimentaram mobilidade ascendente no primeiro trabalho, na região Nordeste, em 2014. Chama atenção que parcela significativa ascendeu para postos mais elevados. Sendo que para 9,5% das filhas de trabalhadoras domésticas, a categoria de destino foi a de pequenas proprietárias e profissionais de nível médio (estrato II). Percentual superior à média do país, e próximo das regiões mais desenvolvidas, dado que no Sudeste, 9,9% galgaram ocupações nesta categoria; no Sul, 9,8%, e a média no Brasil foi de 9,4%.

Em grande medida esses resultados são fruto da universalização, interiorização e desconcentração regional do ensino, da expansão e fortalecimento das políticas públicas direcionadas aos segmentos populacionais e de regiões de maior vulnerabilidade. Os avanços sociais nas regiões mais pobres, assim como o acesso à educação, potencializaram e ampliaram as possibilidades de ascensão a melhores postos de trabalho nos distintos segmentos da sociedade. Possibilidades que eram quase, ou totalmente, inalcançáveis para os filhos de pais menos abastados socioeconomicamente, antes do desenvolvimento inclusivo entre 2003 e 2014 (JANNUZZI, 2018; RIBEIRO, 2006; 2017b).

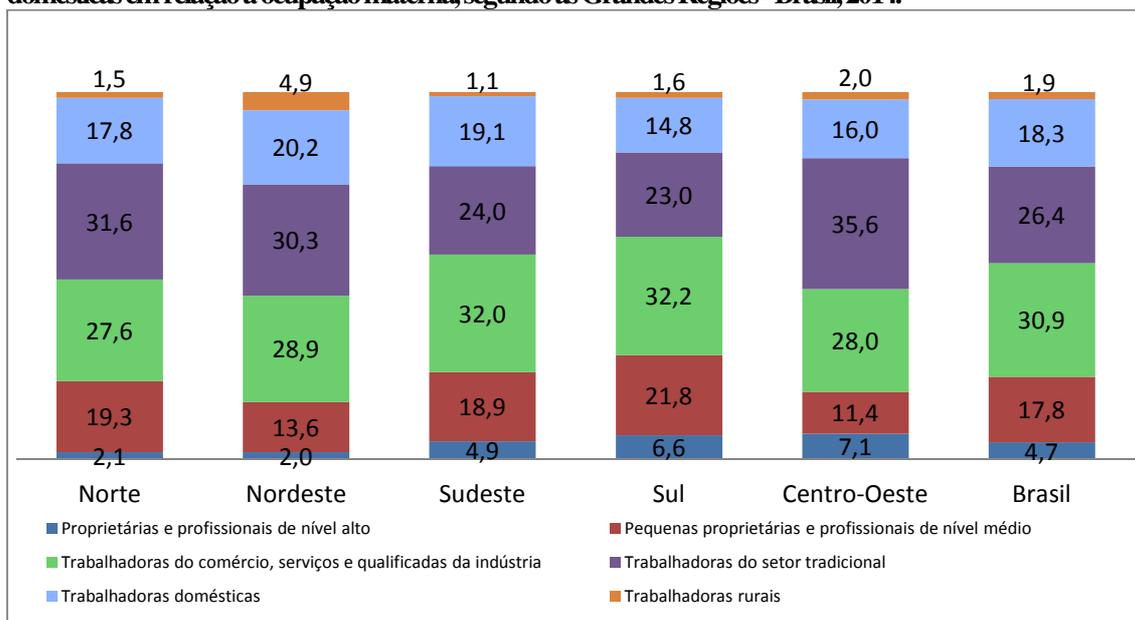
Na região Sudeste mais da metade das filhas de trabalhadoras domésticas experimentaram mobilidade ascendente de curta distância no primeiro trabalho, ou seja, considerando a escala ocupacional adotada, moveram-se para posições imediatamente superiores à condição materna. Entre as filhas, 36,5% exerciam ocupações no estrato de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV), e 25,6% no estrato de trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III). Quanto às filhas que ocupavam o mesmo segmento das suas mães, estas correspondiam a 25,2% no primeiro trabalho que tiveram. Esses achados confirmam os efeitos dinamizadores do processo de expansão e consolidação da indústria, além do crescimento do Sudeste no conjunto do país. Dentre eles, a maior oferta e criação de vagas em ocupações tipicamente urbanas de baixa e média escolaridade, tais como atividades na indústria de transformação, no comércio, transportes e serviços (JANNUZZI, 2004b).

A região Sul é a segunda, em termos percentuais, em que a maior parte (35,2%) das filhas ascendeu para o estrato de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV). Por sua vez, 27,6% delas, no primeiro trabalho, estavam concentradas no estrato de trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III). E aproximadamente 24% reproduziram a categoria ocupacional materna, sendo a menor participação relativa entre as cinco Grandes Regiões em estudo. No Centro-Oeste, conforme aponta o Gráfico 1, no primeiro trabalho, a maior parcela (33,6%) das filhas teve como classe de destino o estrato de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV). Entretanto, ao contrário do Sudeste e Sul, a segunda categoria em termos percentuais é a de trabalhadoras domésticas, seguida pelas filhas que se moveram para o grupo de trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III).

É relevante destacar que no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a maior parcela das filhas de trabalhadoras domésticas teve sua primeira ocupação no estrato de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV), configurando mobilidade ascendente de curta distância, enquanto no Norte e Nordeste elas vivenciaram mais a imobilidade. Dessa forma, constata-se que, nas regiões menos desenvolvidas do país, o trabalho doméstico ainda constitui porta de entrada no mercado de trabalho para porcentagem significativa das filhas.

Com o intuito de verificar se elas permaneceram nessa atividade profissional, o Gráfico 2 ilustra os estratos de destino na ocupação atual das filhas em relação à ocupação materna. Observam-se mudanças significativas em relação à distribuição percentual no primeiro trabalho (Gráfico 1), isto porque, em todas as regiões houve redução da categoria de trabalhadoras domésticas e, por outro lado, aumentou a concentração de filhas em estratos mais elevados. Os achados apontam que a maioria das filhas de trabalhadoras domésticas vivenciaram oportunidades em outras atividades profissionais.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas de trabalhadoras domésticas em relação a ocupação materna, segundo as Grandes Regiões - Brasil, 2014.



Fonte: PNAD (IBGE, 2014).

Na região Norte, 31,6% das filhas ocupavam postos na categoria de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV), e 27,6% na de trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III) no trabalho atual em relação à ocupação materna. Ademais, os achados evidenciam aumento expressivo no contingente de filhas no estrato de pequenas proprietárias e profissionais de nível médio (estrato II). No primeiro trabalho elas eram 4,5% e no trabalho atual saltam para 19,3%. Pode-se aferir tendência semelhante no estrato mais elevado, ainda que em proporções mais tímidas.

Os principais vetores foram o crescimento das vagas do emprego formal e a expansão das ocupações de nível técnico e superior. Em um cenário de aquecimento do mercado de trabalho, da demanda por consumo, dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, política de valorização do salário mínimo, e ampliação da cobertura e escopo das políticas públicas, o aumento da oferta de melhores ocupações é esperado. No bojo desse processo, também emerge a ampliação e interiorização do sistema de ensino no nível básico, técnico e formal, e as políticas afirmativas, compensatórias e distributivas de acesso ao ensino superior público e privado, importante via para a mobilidade ascendente nas últimas décadas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2017; JANNUZZI, 2018; JANNUZZI, MONTAGNER; TAIRA, 2017).

Quanto à região Nordeste, no trabalho atual em relação à ocupação das suas mães, a maior parcela das filhas de trabalhadoras domésticas concentrava-se no grupo de trabalhadoras do setor tradicional (estrato IV) (30,3%). Por sua vez, 28,9% e 13,6% ascenderam para os estratos de trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III); e pequenas proprietárias e profissionais de nível médio (estrato II), respectivamente. Adicionalmente, entre o primeiro trabalho e o atual houve redução de 14,3 pontos percentuais no contingente de filhas que reproduziram a ocupação da mãe. Com isso, houve aumento significativo na distribuição percentual de filhas em estratos ocupacionais superiores ao materno. Pode-se aferir que parcela expressiva conseguiu escapar da *armadilha ocupacional* e traçar novas trajetórias de vida.

No Nordeste, 45% dos ocupados auferiram até um salário mínimo em 2009, notadamente as políticas públicas direcionadas para a renda familiar, tais como bolsa família e a valorização do salário mínimo alcançaram maior impacto na região. Também foram o Norte e o Nordeste que apresentaram as maiores taxas de crescimento da criação de empregos formais no conjunto das regiões brasileiras. Entre 2002 e 2010, obtiveram uma taxa de crescimento anual de 8,0% e 6,4%, respectivamente, superando as regiões mais desenvolvidas (5,1% Sudeste e Sul). Outro canal de mobilidade importante foi o acesso ao ensino superior. No Nordeste, a proporção de pessoas matriculadas no ensino superior mais que duplicou ao passar de 6,1% em 2000 para 15% em 2010, enquanto a média nacional dobrou (ARAUJO, 2014).

No que concerne às regiões Sudeste e Sul, os achados evidenciam redução percentual das trabalhadoras rurais (estrato VI), domésticas (estrato V) e do setor tradicional (estrato IV) entre o primeiro trabalho e o atual das filhas em relação à ocupação das mães. Ao passo que aumentou a distribuição das filhas que galgaram mobilidade ascendente para trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria (estrato III), assim como em níveis mais elevados: pequenas proprietárias e profissionais de nível médio (estrato II); proprietárias e profissionais de nível alto (estrato I). Esses resultados suscitam o debate sobre o efeito estrutural da mobilidade ocupacional, à medida que o crescente desenvolvimento socioeconômico das regiões, decorrente do processo de industrialização, urbanização e demandas das sociedades modernas, aumenta os postos de trabalho, conseqüentemente, também aumenta as taxas de mobilidade ascendente (PERO, 2002). Até os anos de 1980, a criação de novos postos de trabalho era decorrente do processo de industrialização, concentrados no Sudeste, principal motor para a mobilidade social no país, contudo, a partir da década de 1990, observam-se mudanças significativas na estrutura ocupacional e nas principais vias para a mobilidade intergeracional (ANDRADE, 2000; PASTORE; HALLER, 1993; PASTORE; VALLE SILVA, 2001; PASTORE; ZYLBERSTAJAM, 1992; RIBEIRO; SCALON, 2001).

Na região Centro-Oeste a principal classe de destino (trabalhadoras do setor tradicional, estrato IV) das filhas de trabalhadoras domésticas (origem) não se alterou entre o primeiro trabalho e o atual, inclusive apresentou aumento de 2 pontos percentuais. Merece destaque que 7,1% das filhas experimentaram mobilidade ascendente para o estrato ocupacional mais elevado (proprietárias e profissionais de nível alto, estrato I), e entre o primeiro trabalho e o atual houve um salto de 6,3 pontos percentuais. Comparando os estratos ocupacionais de destino nas cinco Grandes Regiões, observa-se que aumentou a proporção de filhas que lograram mobilidade ascendente entre o primeiro trabalho e o atual, em relação à ocupação materna. No entanto, os dados mostram que a maioria das filhas experimentou mobilidade intergeracional de curta distância, ou seja, para os dois estratos (IV e III) imediatamente superiores ao materno, enquanto uma minoria alcançou mobilidade intergeracional de longa distância, para os estratos ocupacionais mais elevados (II e I). Mas é oportuno ressaltar a expressiva redução na categoria de trabalhadoras domésticas, em todas as localidades em apreço. Principalmente no trabalho atual, menor proporção das filhas repete a trajetória familiar no trabalho doméstico, ainda que represente significativo estrato ocupacional.

Na Tabela 1 a análise das taxas de mobilidade intergeracional evidencia um fenômeno generalizado, em todas as regiões do país, independentemente da situação de trabalho: a grande maioria das filhas de trabalhadoras domésticas experimentou mobilidade ascendente. No Brasil, em 2014, cerca de 70% das filhas no primeiro trabalho, e 79,8% no atual, estavam em estratos ocupacionais diferentes e melhores quando comparadas às suas mães.

Tabela 1 – Indicadores da Mobilidade Intergeracional de Ocupação das Filhas de Trabalhadoras Domésticas por Grandes Regiões - Brasil, 2014.

Primeiro Trabalho das Filhas (%)			
Regiões	Ascendente	Imobilidade	Descendente
Norte	66,6	31,4	2,1
Nordeste	62,8	34,5	2,7
Sudeste	72,6	25,2	2,3
Sul	73,5	24,0	2,6
Centro-Oeste	68,5	26,6	4,9
Brasil	70,4	27,0	2,6
Ocupação Atual das Filhas (%)			
Regiões	Ascendente	Imobilidade	Descendente
Norte	80,6	17,8	1,5
Nordeste	74,9	20,2	4,9
Sudeste	79,8	19,1	1,1
Sul	83,6	14,8	1,6
Centro-Oeste	82,1	16,0	2,0
Brasil	79,8	18,3	1,9

Fonte: PNAD (IBGE, 2014).

Desagregando os indicadores de mobilidade intergeracional no primeiro trabalho das filhas por regiões, o Sul proporcionou a maior mobilidade ascendente (73,5%), e a menor porcentagem de imobilidade (24%). As filhas de trabalhadoras domésticas residentes no Sudeste foram as que apresentaram a segunda maior ascensão (72,6%) e a menor proporção de imobilidade (25,2%). Enquanto o Nordeste configura com o menor percentual de filhas (62,8%) que lograram os melhores postos de trabalho em relação à condição materna, e a maior parcela de imobilidade (34,5%). As regiões Centro-Oeste e Norte mostram situação intermediária nos indicadores de mobilidade ascendente e imobilidade.

Na ocupação atual das filhas, os dados revelam que o Sul permanece com a maior taxa de mobilidade ascendente (83,6%) e menor imobilidade (14,8%). Por outro lado, o Nordeste permaneceu com a menor (74,9%) proporção de filhas que ascenderam em relação à condição materna, e a maior (20,2%) das que reproduziram a categoria ocupacional de origem. Torna-se evidente a correlação positiva entre a magnitude do desenvolvimento socioeconômico das regiões e as taxas de mobilidade ocupacional (PERO, 2002). Portanto, as regiões que detêm maior dinamismo econômico e escolaridade proporcionaram as maiores taxas de mobilidade ascendente. Ainda assim, em todas as regiões, no ano de 2014, aumentou consideravelmente a proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente, na comparação do primeiro trabalho e o atual, e diminuiu o percentual daquelas que estavam no mesmo estrato ocupacional das suas mães. É relevante salientar que entre o primeiro trabalho e o atual das filhas residentes no Nordeste, a mobilidade ascendente aumentou 12,1 pontos percentuais, em grande medida, devido à expressiva redução da imobilidade de 14,3%.

Em síntese, em todas as regiões em apreço, no ano de 2014, os resultados sobre os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação evidenciam que a maioria das filhas experimentou mobilidade ascendente. Elas estavam em estratos ocupacionais melhores do que os de suas mães, tanto no primeiro trabalho quanto no atual, mas com diferenças expressivas entre as mesmas. Ademais, constatou-se que no trabalho atual das filhas, as taxas de mobilidade ascendente foram mais elevadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apontadas neste estudo representam significativas mudanças de paradigmas estruturais no Brasil. Isto porque, parte significativa das filhas que herdaram a profissão das mães conseguiu romper com a trajetória familiar no emprego doméstico e alcançaram ascensão para melhores atividades profissionais, em termos do rendimento, formalidade, proteção social e reconhecimento. Diante de tais evidências, ratifica-se o quão determinante constitui o desenvolvimento inclusivo, pautado na redução das desigualdades, sobretudo para os segmentos populacionais menos privilegiados. A ampliação do investimento governamental em educação, saúde e políticas sociais, abertura de novas e melhores vagas ocupacionais, além da política de valorização do salário mínimo, entre 2003-2014, criaram oportunidades concretas de mobilidade ocupacional no país como um todo, inclusive em regiões menos desenvolvidas, como o Norte e Nordeste.

Desse modo, é oportuno chamar atenção para o cenário de desmonte das políticas públicas no país desde 2015. São retrocessos nos indicadores de pobreza, fome, mercado de trabalho, renda, educação e saúde que colocam em xeque o aumento da mobilidade ocupacional nos distintos grupos populacionais, sobretudo entre as mulheres, pobres, negras, residentes em regiões menos desenvolvidas. Tal conjuntura que provavelmente irá aumentar o fosso das desigualdades seculares, pois tende a privilegiar os mais abastados enquanto reduz as chances daqueles menos favorecidos.

Nessa conjuntura de retrocessos, possivelmente as filhas de trabalhadoras domésticas que experimentaram mobilidade ascendente em 2014, principalmente de curta distância para ocupações imediatamente superiores à condição materna, podem ter sido *obrigadas* a aceitar piores trabalhos. E possivelmente alcançar imobilidade ou mobilidade descendente, revertendo grande parte dos ganhos ocupacionais verificados ao longo deste estudo. Assim, espera-se que este estudo possa alertar quanto a necessidade da manutenção de políticas públicas inclusivas para garantir, aos grupos mais vulneráveis, chances concretas e mais equitativas para a mudança social e novas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Neuma; FERNANDES, Danielle; NEVES, Jorge Alexandre. Mobilidade Social Feminina. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. v. 1, p. 165-182.
- ANDRADE, Flávia Cristina Drumond. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* ABEP, 2000.
- ANDRADE, Flávia Cristina Drumond; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Mobilidade Social na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* ABEP, 1996. p. 407-435.
- ARAÚJO, Tania Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; LASTRES, Helena; AGUIAR, Rodrigo; SILVA, Marcelo Machado da (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-562.
- ATHIAS; Leonardo; MATOS, Gilson. Mobilidade Social. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 161-192. (Série Estudos e Análises 2: Informação Demográfica e Socioeconômica).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Trabalho Doméstico no Brasil*. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *Notas Metodológicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>>. Acesso em: 4 ago. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017*. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. *Revista da ABET*, v. 4, n. 2, 2004a.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. *Anais...* ABEP, 2004b.
- JANNUZZI, Paulo de Martino; MONTAGNER, Paula; TAIRA, Edna. Migração e Mobilidade Social: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 10., 2017, Natal. *Anais...* ABEP, 2017. p. 242-259.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. *Anais...* ABEP, 2018.
- MELO, Hildete Pereira de. *O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. p. 1-29. (Texto para Discussão). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- MYRRHA, Luana Junqueira Dias; SIVIERO, Pamela Cristina Lima; LIMA, Luciana Conceição de. Os perfis das empregadas domésticas residentes no Nordeste. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 7. /ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. *Anais...* ABEP, 2016.
- MYRRHA, Luana Junqueira Dias; WAJNMAN, Simone. Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* ABEP, 2008.
- PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

- PASTORE, José; HALLER, Archibald. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO; João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Org.). *Pobreza e Mobilidade Social*. As bases do Desenvolvimento Moderno: Fórum Nacional. São Paulo: Nobel, 1993. p. 25-49.
- PASTORE, José. VALLE SILVA, Nelson do. Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2001.
- PASTORE; José; ZYLBERSTAJAM, Hélio. Tendências da mobilidade social. In: *Estratégia Social e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 193-218.
- PERO, Valéria. *Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro*. 2002. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996)*. Brasília: IPEA, 2006. p. 77-130. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/450111/2%C2%BA-lugar--carlos-ant%C3%B4nio-costa-ribeiro-.pmd>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. A mobilidade social das mulheres: mercado de trabalho e casamento. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007. Cap. 4, p. 197-232.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Occupational and income intergenerational mobility in Brazil between the 1990s and 2000s. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 157-185, 2017a.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 1-54, 2001.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Tendências da Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Mobilidade Social e Estratificação Educacional*. 2017b. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7807/1/bmt_62_tend%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.
- SCALON, Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. 1997. Disponível em: <https://www.academia.edu/37343027/Mobilidade_Social_no_Brasil_padr%C3%B5es_e_tend%C3%A2ncias>. Acesso em: 18 abr. 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Isso devido à limitação da fonte de informações, o Suplemento da PNAD de 1988 somente perguntou qual era a ocupação do pai quando o indivíduo teve a sua primeira ocupação.
- ² A PCERP 2008 entrevistou aproximadamente 15.000 pessoas (um entrevistado selecionado aleatoriamente por domicílio) em apenas seis Unidades da Federação: Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Dessa forma, para categorias específicas de análise em âmbito nacional impõe certas restrições (ATHIAS; MATOS, 2013).
- ³ No questionário do Suplemento da PNAD sobre mobilidade sócio-ocupacional pergunta-se ao entrevistado – morador com 16 anos ou mais de idade selecionado aleatoriamente –, qual era a ocupação (única ou principal) da sua mãe (ou mulher responsável pela sua criação) quando ele tinha quinze anos de idade.
- ⁴ O ISED é mais sensível aos diferenciais de renda entre as ocupações e, dessa forma, corresponde a uma escala razão de distância socioeconômica que varia entre 0 e 1. Por sua vez, o ISEP corresponde a uma medida de posição relativa que varia entre 0 e 100% (JANNUZZI, 2004a).
- ⁵ Os indicadores de cada uma das 510 famílias ocupacionais estão expostos em Jannuzzi (2004a, p. 80-95).

Recebido em dezembro de 2021
Aprovado em abril de 2022